

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Crédito para a Agricultura Familiar

Período de Análise: março de 2009.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Índice

Novo fundo não sai e trava seguro rural - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 02/03/2009	4
Conab vai investir R\$ 216 mi da PGPM em março – Sítio Eletrônico da Conab – 03/03/2009	5
Prazo para renegociação das dívidas termina este mês – Sítio Eletrônico da Contag – 03/03/2009 03/03/2009	6
Prazo para pagar dívidas renegociadas termina dia 15 de março – Sítio Eletrônico do MDA – 04/03/2009	6
Fetraf-Sul indica Municípios para projetos pilotos do Pronaf Sistemático no Rio Grande do Sul – Sítio Eletrônico da Fetraf – 05/03/2009	7
Nota sobre repasse de recurso à entidades da sociedade civil – Sítio Eletrônico do MDA – 06/03/2009	8
Cassel defende no MP parcerias com entidades públicas e privadas – Sítio Eletrônico do MDA – 10/03/2009	9
Crise de crédito dá impulso a novos títulos do agronegócio – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 10/03/2009	10
Crédito Fundiário planeja ações nacionais para 2009 – Sítio Eletrônico do MDA – 11/03/2009	12
Economistas já veem taxa de juro real de 5% neste ano – Toni Sciarretta – Folha de São Paulo – Dinheiro – 12/03/2009	14
Produtor quer converter em café as dívidas com governo – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 12/03/2009	15
Ruralistas apresentam lista de pedidos – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócio – 12/03/2009	16
Brenco fecha financiamento de R\$ 1,8 bi para usinas de etanol - Cristiane Perini Lucchesi – Valor Econômico – Finanças – 12/03/2009	17
Sojicultor de Mato Grosso esvazia o bolso para financiar safra 2008/09 – Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico – Agronegócio – 16/03/2009	18
Bancos ainda não repassaram a Selic – Fernando Travaglini - Valor Econômico – Finanças – 16/03/2009	20
Microcrédito cresce 64% e chega a R\$ 1,8 bi em 2008 – Valor Econômico – Finanças – 16/03/2009	22
Renegociação de dívida – Valor Econômico – Agronegócio – 18/03/2009	23
Crédito é maior ameaça para o agronegócio brasileiro, diz OCDE – Gitânio Fortes – folha de São Paulo – Dinheiro – 24/03/2009	23
Gestão social do Crédito Fundiário é tema de encontro – Sítio eletrônico do MDA – 23/03/2009	24
Queda de depósitos à vista afeta crédito rural – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 24/03/2009	25
RECURSOS SAFRA 2009/10 – Sítio Eletrônico da ABAG – 25/03/2009	26

A restrição de crédito e política anticíclica – José Luis Oreiro e Luiz Fernando de Paula – Valor Econômico – Opinião – 25/03/2009.....	27
Novo plano de safra deve ter até R\$ 100 bi – Patrick Cruz – Valor Econômico – 26/03/2009.....	29
CMN pode aprovar outras ações de apoio a produtor – Valor Econômico – Agronegócios – 26/03/2009	31
Medidas facilitarão acesso de agricultores e cooperativas ao Pronaf – Sítio Eletrônico do MDA – 27/03/2009.....	31
Mais prazo no Giro Rural – Valor econômico – Agronegócios – Curtas – 31/03/2009 ...	33
Medo da inadimplência – Valor Econômico – Agronegócio – Curtas – 31/03/2009	33

Novo fundo não sai e trava seguro rural - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 02/03/2009

Anunciada pelo governo como a principal medida para disseminar o uso de seguro no setor rural no país, a criação de um fundo de reembolso a seguradoras e resseguradoras em situações de catástrofes terá que ser reavaliada pelo governo antes mesmo de passar pelo crivo do Congresso Nacional. O projeto de lei do novo fundo, enviado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em maio de 2008, esbarra em fortes divergências entre as empresas sobre a formação de um consórcio único para gerir os recursos do mecanismo de ressarcimento.

O fundo, esperado há décadas pelo setor, deve baixar o custo das apólices ao produtor porque divide riscos e estimula mais seguradoras a entrar no negócio. Hoje, só sete empresas operam no segmento rural. Em conversas informais, as empresas têm dito ao governo temer um eventual conflito de interesses na administração do fundo, já que são concorrentes e têm diferentes estratégias, nichos de mercado e formas de atuação. Além disso, poderia haver a "mistura dos riscos" de perfis diferentes de produtores. Por trás disso, há uma desconfiança mútua entre as companhias em relação à necessidade de capitalização igualitária do fundo.

Dirigentes de seguradoras e resseguradoras pediram a formação de vários consórcios, mas o governo rejeitou a proposta. "Tem que respeitar as características de cada empresa", resume o diretor técnico da seguradora Aliança do Brasil e presidente da comissão de seguros da Fenaseg, Wady Mourão Cury. Nesta semana, a Câmara dos Deputados deve voltar a debater o tema com representantes do governo e das empresas.

O relator do projeto, deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), questiona outro ponto fundamental: o conceito de catástrofe. "Temos que discutir com o governo uma posição sobre alguns aspectos do projeto", diz. "A definição do conceito de catástrofe é uma delas. O país tem dimensões continentais e os fenômenos e a intensidade deles varia muito em cada região". Micheletto quer realizar quatro audiências públicas sobre o tema em Cascavel (PR), Chapecó (SC), São Borja (RS) e Campo Grande (MS).

Pelo projeto de lei, o fundo teria subvenção anual da União e recursos do consórcio para bancar parte do prêmio das apólices. O PL prevê, ainda, a garantia da União sob forma de emissão de títulos do Tesouro Nacional e a cobertura suplementar para hipóteses de catástrofes.

O governo admite a urgência das alterações. "É preciso definir quem gere o fundo e onde ficará depositado esse dinheiro", diz o diretor de Gestão de Risco Rural do Ministério da Agricultura, Wellington Soares de Almeida. Ele reconhece que as empresas têm despesas operacionais elevadas e riscos altos. "As empresas precisam saber que têm um limite percentual para prejuízos e, com umas não confiam na subscrição das outras, vamos mudar o projeto para viabilizar a estrutura", afirma ele.

As seguradoras também reclamam da exigência de contribuição de todas as operações de

seguro rural, inclusive no seguro-penhor para financiamento de máquinas, sem o devido benefício fiscal. "Há problemas de tributação que precisam ser revistos", diz Wady Cury. O governo concorda. "Não estão mesmo claros o benefício e a exigência", afirma Wellington Almeida.

Nas discussões sobre as alternativas, o governo não descarta mudar o atual Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR), criado em 1966. O mecanismo sofre com dificuldades de acesso a recursos do Orçamento da União, o que gera desconfiança no mercado porque o produtor só recebe a indenização após aprovação de um projeto de lei do Congresso. As resseguradoras ficam com 90% do risco. Por isso, rejeitam o fundo. O IRB Brasil Resseguros ainda administra esse FESR. Todo ano tem que fazer previsão orçamentária para o Congresso aprovar. "Se tem R\$ 5 milhões e dá um gasto de R\$ 6 milhões, ele pode remanejar até 10%, mas a diferença precisa ser coberta pelo Tesouro", diz o diretor do ministério.

O projeto acaba com o FESR, que teria que dar estabilidade à carteira das seguradoras e fomentar operações de seguro. A demanda depende da subvenção ao prêmio, caro e incompatível com a renda do produtor. "A oferta depende de um fundo. Precisa de desembolso tempestivo na hora da demanda. Enquanto estiver com a União, não há condições", diz Wellington Almeida. O FESR tem R\$ 500 milhões em recursos, mas orçamento de R\$ 16 milhões no IRB.

Conab vai investir R\$ 216 mi da PGPM em março – Sítio Eletrônico da Conab – 03/03/2009

O governo federal vai aplicar neste mês R\$ 216 milhões na compra de trigo, feijão, milho, arroz e sisal, produtos que fazem parte da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), sendo R\$ 78 milhões para Aquisições do Governo Federal (AGF) e R\$ 138 milhões em Contratos de Opção. Os recursos foram aprovados nesta semana, após reunião entre representantes da Conab, Banco do Brasil e ministérios da Agricultura e da Fazenda.

A maior parte será utilizado em aquisições no Rio Grande do Sul (12,5 mil toneladas de trigo, 30 mil t de arroz e 2,3 mil t de feijão), no Paraná (20 mil t de feijão) e em Santa Catarina (12,6 mil t de feijão). A outra parcela vai para compra de sisal na Bahia (700 t) e na Paraíba (1,5 mil t).

A estatal vai aplicar também recursos dos Contratos de Opção para compra de 58,3 mil toneladas de milho do Mato Grosso e de 233,9 mil t de trigo nos estados do Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul. A operação refere-se a contratos assinados no ano passado e que vencem em março. Por este sistema, o governo garante ao produtor a compra de seu produto, por um preço fixado no contrato. Esta é uma alternativa contra os riscos de queda nos preços praticados durante a safra. Ao final do período contratado, o produtor pode optar por vender o grão ao governo ou buscar melhor preço no mercado.

Pela PGPM a Conab adquire por um preço mínimo os excedentes de produção do mercado, corrigindo as distorções de preços ao produtor, garantindo o sustento de sua renda e uma remuneração mínima para sua colheita. (*Raimundo Estevam/Conab*)

Prazo para renegociação das dívidas termina este mês – Sítio Eletrônico da Contag – 03/03/2009

Cerca de 40 % dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária ainda não procuraram as agências bancárias para renegociar as dívidas do Pronaf. Os dados são do Banco do Brasil. O prazo chega ao fim no próximo dia 15 (domingo) para quem fez o financiamento pelo Finame agrícola ou pelo Pronaf via Banco Nacional de Desenvolvimento Social (Bndes). Para o custeio e investimento do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) ou Fundo Constitucional da Região Centro-Oeste (FCO) o limite é o dia 31 de março (terça-feira).

O gerente executivo de agronegócio do Banco do Brasil, Reinaldo Yokoyama, mostra preocupação ao citar os números. "Das 127 mil operações ainda restam 54 mil pendentes. É um número grande, já que soma mais de 40 % dos produtores que ainda precisam vir ao banco. "

Segundo ele, a desinformação continua sendo a inimiga número um do produtor. "Eu desconfio que existam produtores que assinaram a correspondência dizendo que têm a intenção de regularizar a dívida e só com isso acham que estão em situação regular, mas não estão. Eles só assinaram a intenção e precisam vir ao banco para formalizar isso. "

Para ajudar a esclarecer as dúvidas entre os agricultores, o Banco do Brasil apresentará no próximo dia 6 (sexta), em todas as agências, um vídeo aos sindicatos e federações no sobre o assunto. O secretário de política agrícola da Contag, Antoninho Rovaris, e representantes do ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Banco do Brasil participarão da gravação.

Fonte: Danielle Santos, agência Contag de notícias

Prazo para pagar dívidas renegociadas termina dia 15 de março – Sítio Eletrônico do MDA – 04/03/2009

Os agricultores familiares e assentados da reforma agrária que aderiram à renegociação das dívidas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) têm até 15 de março para ir aos bancos e efetuar o primeiro pagamento.

De acordo com o diretor de Financiamento e Proteção da Produção da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), João Luiz Guadagnin, cerca de 650 mil agricultores aderiram à renegociação e aproximadamente 195 mil não regularizaram a situação nos bancos.

O gerente executivo do Banco do Brasil (BB), Reinaldo Yokoyama, diz que o banco está preocupado com a possibilidade de agricultores ficarem impedidos de continuar suas atividades no Pronaf, caso não se beneficiem da lei de renegociação. "Por isso, estamos

fazendo uma grande mobilização, com o apoio do MDA e dos movimentos sociais, para que os produtores saibam os benefícios previstos antes que o prazo se encerre".

Segundo Yokoyama, quem já aderiu à lei e ainda não regularizou a situação precisa procurar a agência bancária. "Nossas agências estão envolvidas e aptas a prestar todas as informações necessárias", explica.

Novos créditos

Os agricultores que regularizarem a situação poderão ter novas oportunidades de financiamentos rurais do Pronaf, ou seja, vão estar aptos a tomar novos créditos para dar continuidade ao trabalho no seu estabelecimento familiar. Já os que não acertarem as contas, poderão ficar impedidos de efetuar transações financeiras, como manter conta em banco e tomar empréstimos. "Em alguns casos, o nome desse agricultor poderá ser inscrito na Dívida Ativa da União", alerta Guadagnin.

Para aderir à renegociação de dívidas rurais (Lei 11.775/08), os agricultores assinaram um termo de adesão nos bancos. Nessa fase, eles apenas preencheram a solicitação informando nome completo e o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF). O procedimento seguinte foi realizado pelos bancos, que analisaram cada caso e informaram aos agricultores a situação da dívida. A partir daí, eles podiam optar pelo pagamento integral ou parcelado.

Teleconferência

Para mobilizar agentes financeiros e organizações de agricultores sobre a renegociação das dívidas do Pronaf, o Banco do Brasil realiza na próxima sexta-feira (6), em Brasília (DF), uma teleconferência com a participação de representantes do banco, dos movimentos sociais e do MDA.

No dia 6, servidores de todas as agências do BB, com participação de lideranças locais da agricultura familiar, estarão assistindo ao programa para discutir ações e orientar os que já aderiram à renegociação de dívidas a procurar os bancos e regularizar a situação até o dia 15 de março.

FetraF-Sul indica Municípios para projetos pilotos do Pronaf Sistêmico no Rio Grande do Sul – Luciene Bosenbecker - Sítio Eletrônico da Fetraf – 05/03/2009

Uma das grandes novidades do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é a criação do Pronaf Sistêmico. O Pronaf sistêmico é uma reivindicação de várias entidades desde a realização da Jornada de lutas de 2007 onde, na época o governo federal assumiu o compromisso de implementar a proposta apresentada pela Fetraf. A lista dos municípios do Rio Grande do Sul foi concluída no último dia 3,

fruto de diversas reuniões entre entidades governamentais, financeiras e da sociedade civil organizada do estado.

Durante o último encontro ficou definida a lista dos municípios que iniciarão as atividades do Pronaf Sistêmico ainda em 2009. Sendo em ordem prioritária os seguintes municípios: Canguçu, Cachoeira do Sul, São Lourenço do Sul, Vera Cruz, Candelária, Palmeira das Missões, Erechim, Tuparandi, Encruzilhada do Sul, Constantina, Roque Gonzales, Santa Cruz do Sul, São João da Urtiga, Augusto Pestana, Arroio do Meio, Tenente Portela, Três Passos, Camaquã, São Valentin, Santo Cristo, Ibirubá, Ipê, Catuipe, Frederico Westfalen, Espumo, Palmitinho, Pelotas, Sananduva, Ijuí, Amaral Ferrador, Sarandi, Dom Pedrito, Redentora, Marcelino Ramos, Tiradentes do Sul, Crissiumal.

Da lista dos 36 municípios a Fetrat-Sul tem atuação em 16 municípios e a escolha dos municípios é fruto de critérios como: números de contratos do Pronaf existente no município, pertencer a os territórios indicados pelo MDA, entre outros. A lista dos municípios poderá ainda ter alguns ajustes, porém esses ajustes devem se dar dentro das esferas de cada entidade da sociedade civil organizada.

Nota sobre repasse de recurso à entidades da sociedade civil – Sítio Eletrônico do MDA – 06/03/2009

1. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) trabalham com centenas de entidades públicas e privadas parceiras na execução de sua missão institucional de realizar a reforma agrária, apoiar o desenvolvimento da agricultura familiar e estimular o desenvolvimento rural sustentável.
2. Tal colaboração é fundamental e recomendada internacionalmente, inclusive pelo Tribunal de Contas da União (TCU), para dar capilaridade à rede prestadora de serviços, estimular a participação da sociedade civil no processo de desenvolvimento rural e reforçar a colaboração federativa nestas atividades. São convênios que versam sobre a prestação de assistência técnica a agricultores, construção de equipamentos públicos para a agricultura familiar, acesso das comunidades do campo à educação, entre outras.
3. A ampliação da rede prestadora de serviços permitiu aumentar, entre outros, o número de famílias atendidas por serviços de assistência técnica de 196 mil, em 2003, para 1,2 milhão de famílias, em 2008.
4. As entidades citadas em reportagens jornalísticas e declarações recentes (Anca, Concrab, Iterra e Anara) perfazem uma pequena participação destes convênios firmados pelo Ministério. De 2003 a 2008, foram contratados e empenhados R\$ 22.596.946,38 em convênios com estas entidades de um total de R\$ 2.464.963.193,00, ou seja, apenas 0,92% dos convênios firmados pelo MDA.
5. Nem em 2008 nem neste ano foram empenhados quaisquer valores para estas entidades.

Não há qualquer sentido, portanto, em associar conflitos agrários ocorridos recentemente com a existência de convênios com estas entidades.

6. Tampouco procedem insinuações de que seriam firmados convênios pelo MDA com entidades com pendências junto ao TCU. O Sistema Informatizado de Convênios do Governo Federal (SICONVI) simplesmente não aceita que sejam lançados convênios com entidades que estejam inadimplentes ou irregulares junto ao TCU.

7. Todos os convênios do MDA são regularmente auditados, tanto pelas próprias estruturas do Ministério quanto pelos órgãos de controle interno e externo. Qualquer irregularidade na execução do convênio ou na aplicação dos recursos implica a imediata suspensão do convênio e a exigência da devolução dos respectivos recursos.

8. O MDA continuará a prestar serviço público de qualidade para as populações rurais respeitando a legislação, a criteriosa fiscalização da aplicação de recursos públicos e a rigorosa mensuração dos resultados obtidos.

Cassel defende no MP parcerias com entidades públicas e privadas – Sítio Eletrônico do MDA – 10/03/2009

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e o presidente do Inbra, Rolf Hackbart, participaram nesta terça-feira (10) de uma audiência com o procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza. Na sede da Procuradoria Geral da República, eles trataram das parcerias e convênios firmados entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Inbra com entidades públicas e privadas que prestam serviço aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

Cassel defendeu a importância de se fazer convênios com essas entidades. Segundo ele, esse é o caminho mais correto para implantar as políticas públicas no Brasil. “Sempre que houver desvio de recursos, isso terá de ser sanado imediatamente. É assim que a gente trata, seja com prefeituras, universidades, cooperativas, empresas prestadoras de serviços ou associações de produtores”, ressaltou. O ministro informou que 73% dos convênios são feitos com as entidades públicas.

De acordo com Cassel, o Ministério Público Federal (MPF) tem feito a fiscalização nos convênios e o que tem encontrado são problemas muito pontuais. “Não existe um conjunto de irregularidades ou preocupação neste sentido. E o MP acredita que é importante o Governo Federal trabalhar com a sociedade civil”. Ele explicou que o MDA possui convênios de assistência técnica e capacitação de programas educacionais, por exemplo, que só podem ser feitos em cooperação intensa com a sociedade civil.

Segundo o presidente do Inbra, Rolf Hackbart, onde há irregularidades nos convênios, elas são apuradas e, se for o caso, os convênios são cancelados. Para ele, o

sistema de convênios do governo tem total transparência. “Todos os processos são públicos”. Hackbart defendeu a necessidade de se firmar essas parcerias, como uma forma de conceder a essas populações os direitos básicos. “São mais de oito mil assentamentos no país onde vivem um milhão de famílias. Precisamos desenvolver estradas, assistência técnica, escolas”, ponderou.

“Quando as entidades não fazem as prestações de conta de forma correta, elas não são aceitas. Não é possível fazer convênio com entidades ou prefeituras que não estejam em dia com o Governo Federal”, explicou o ministro. Segundo Cassel, em muitos casos há a devolução dos recursos e essas entidades são proibidas de trabalhar com o poder público.

Transparência

O ministro Cassel enfatizou, também, que o formato da prestação de contas é eficiente, mas que há problemas que precisam ser resolvidos. “Existem cidades neste país onde não se encontra nota fiscal, não se tem internet. Essas são situações que tornam a prestação de conta muito difícil. Talvez a qualificação que temos que fazer na legislação seja no sentido de incorporar essas condições para não excluir gente”, avalia.

Para Cassel, é importante a preocupação de todos os Poderes da República no sentido de agilizar uma reforma agrária que possa fazer com que o serviço público chegue a todas as comunidades brasileiras. Nos próximos dias, Cassel deve se reunir com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, para tratar do mesmo assunto.

Crise de crédito dá impulso a novos títulos do agronegócio – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 10/03/2009

A crise global de crédito fez decolar o volume de negócios lastreados em recebíveis do agronegócio. Três anos após sua criação, os novos títulos financeiros do agronegócio caíram no gosto de grandes tradings com dificuldades de acesso a linhas de crédito no exterior e passaram a recheiar a carteira de bancos brasileiros. Os papéis também viraram uma boa alternativa de investimento para grandes clientes corporativos.

Relatório inédito da BM&FBovespa, com dados da Bolsa Brasileira de Mercadorias (BBM) e da Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip), mostra que os negócios com esses títulos atingiram R\$ 50,8 bilhões até o mês passado. Em 2008, o volume de negócios havia chegado a R\$ 37,6 bilhões. Apenas nos dois primeiros meses deste ano, foram registrados R\$ 6,36 bilhões - em todo o ano de 2007, foram R\$ 5,9 bilhões.

Tradicional financiadoras do agronegócio, as tradings passaram a adotar esses instrumentos como uma importante fonte de crédito para seguir emprestando aos produtores rurais. A principal estrela é a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), que são

títulos lastreados em recebíveis emitidas pelos produtores, como Cédulas de Produto Rural (CPRs), duplicatas e notas promissórias rurais, além de contratos de financiamento e exportação. Em 2008, foram registrados R\$ 35,8 bilhões em LCAs. Neste ano, já são R\$ 6,2 bilhões em negócios. As LCAs são emitidas pelos bancos com lastro em recebíveis, que são registrados pelas tradings.

Mesmo com custo financeiro mais alto do que o dinheiro captado no exterior, os títulos do agronegócio têm atraído os operadores do setor em razão do baixo risco, boa liquidez e da garantia lastreada na produção. O custo chegaria a taxa Selic mais 2% ou 3% ao ano. Mas os benefícios fiscais dos papéis têm sido o principal atrativo para os negócios. Ao usar os títulos de registro obrigatório para captar recursos, as tradings não pagam Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Os bancos ficam desobrigados de fazer o depósito compulsório de 25% sobre esses valores e não precisam cobrir 100% do risco das operações como prevê o Acordo de Basileia.

Pela lei, as instituições também não são obrigadas a recolher 0,2% sobre cada operação para o Fundo Garantidor de Crédito (FGC), que garante os depósitos em bancos até R\$ 60 mil. Na outra ponta, os investidores pessoa física têm sido atraídos pela isenção de Imposto de Renda (IR). Com isso, são estimulados a trocar os tradicionais Certificados de Depósito Bancário (CDBs) pelos novos títulos. "É um bom negócio para todos. Por isso, o interesse cresceu tanto", diz Ademiro Vian, diretor da federação dos bancos (Febraban).

O governo avalia a criação de um Fundo de Investimento de Direito Creditório (FDIC Agro) para estimular o segmento. Mas precisa alterar a forma de registro e desonerar de IR as operações entre fundos de investimento quando o cotista final for pessoa física.

O sucesso das LCAs alavancou a emissão e o registro de CPRs no mercado interno. Após o período de bonança e crédito farto, as empresas passaram a buscar as CPRs para captar recursos de LCAs nos bancos. Em 2008, foram registradas R\$ 4,7 bilhões em CPRs. Neste ano, já foram R\$ 276 milhões até fevereiro. "As empresas têm que buscar outras formas de financiamento porque precisam das commodities", diz o diretor geral da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec), Sérgio Mendes.

Mesmo com risco de crédito menor por causa do lastro em um recebíveis, os títulos demoraram a emplacar porque os bancos demandavam operações estruturadas e sistemas de controle específicos. O potencial dos novos títulos do agronegócio é ainda maior porque, até agora, apenas 15 bancos operam com as LCAs, por exemplo. Maior financiador do setor rural e detentor de um volume considerável de recebíveis, o Banco do Brasil preferiu ficar fora do mercado. Ainda assim, estima-se um mercado potencial de R\$ 100 bilhões para esses títulos no . Esses títulos têm alavancado outras operações com recursos próprios dos bancos e, de quebra, auxiliado a levar mais recursos ao crédito rural.

Crédito Fundiário planeja ações nacionais para 2009 – Sítio Eletrônico do MDA – 11/03/2009

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) realiza nos dias 11 e 12 de março de 2009 a reunião de Planejamento Operativo Anual (POA-Nacional). Os objetivos da reunião são consolidar o ciclo de planejamentos realizados em 22 estados, identificar os principais desafios, discutir o aperfeiçoamento da execução do Programa e definir as ações que serão desenvolvidas em todo território nacional em 2009. O evento acontece no Parlamundi da Legião da Boa Vontade (LBV), em Brasília (DF).

O Programa, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário por meio da Secretaria de Reordenamento Agrário (MDA/SRA), beneficiou mais de 70 mil famílias na garantia do acesso a terra entre de 2003 e 2008, com investimentos na ordem de R\$ 1,7 bilhões provenientes do Banco Mundial e do Fundo de Terras e Reforma Agrária.

“No período que estamos vivendo, o PNCF é uma ação estratégica na medida que os investimentos nas linhas de Combate à Pobreza Rural e Consolidação da Agricultura Familiar podem contribuir com a redistribuição de riquezas no campo e a melhoria da qualidade de vida do trabalhador rural e do agricultor familiar”, afirmou o secretário nacional de Reordenamento Agrário, Adhemar Lopes de Almeida, na abertura do evento.

Durante a programação serão tratadas questões como a revisão dos regulamentos operativos do PNCF, visando a maior segurança jurídica para a sua execução, e a atualização das normas vigentes, como a que garante a continuidade da linha de Combate à Pobreza Rural.

Outros assuntos, como a renegociação da dívida, a revitalização dos projetos visando a individualização dos pagamentos, a nova sistemática para elaboração de convênios, os desafios enfrentados pelos Estados, o orçamento, e as metas para 2009 também serão discutidas no planejamento.

Participam da reunião os supervisores, coordenadores e técnicos das Unidades Técnicas Estaduais do PNCF.

Programação

Quarta-feira (11/03/09)

8h30 às 09h - Abertura da Oficina com o Secretário de Reordenamento Agrário (SRA/MDA), Adhemar Lopes de Almeida.

9h às 12h - Novos marcos regulatórios: Decreto 6672; Protocolo de intenções; Regulamento Operativo do Fundo de Terras e Reforma Agrária. Expositor: Marlon Duarte Barbosa.

12h às 14h – Almoço

14h às 15h30 - Novos marcos regulatórios (continuação): Manual de Operações da Linha de Financiamento CPR; Novos tetos microregionais.

Expositor: Marlon Duarte Barbosa

15h30 às 16h30 - Regularização e revitalização: Lei 11.775.

Expositor: Márcio Silva

17h às 18h - Desafios levantados nas reuniões estaduais de POA.

Expositor: Cleiton Borges

Quinta-feira (12/03/09)

09h às 10h - Nova sistemática de convênios do PNCf - Padronização dos convênios .

Expositor: Raquel Santori

10h30 às 12h - Orçamento e metas do PNCf 2009.

Expositores: Marlon Duarte Barbosa

12h às 14h – Almoço

14h às 15h30 - Encerramento do Acordo de Empréstimos: Saldos de SIC e prestações de contas.

Expositor: Raimundo Sobrinho

15h30 às 16h - Cronograma das capacitações relativas aos Sistemas de Informações Gerenciais - SIG-CF.

Expositor: Daniel Costa

16h às 16h30 - Coffe Break

16h30 às 17h00 - Encerramento com o Secretário de Reordenamento Agrário (SRA/MDA), Adhemar Lopes de Almeida, e o diretor do Departamento de Crédito Fundiário, Marlon Duarte Barbosa.

Economistas já veem taxa de juro real de 5% neste ano – Toni Sciarretta – Folha de São Paulo – Dinheiro – 12/03/2009

Oportunidade de ter Selic baixa é defendida por analistas de diferentes tendências

Para especialistas, não há mérito do BC, mas impacto da crise; exemplo vem do México, que saiu de crise nos anos 90 com taxa de 4,5%

A crise global teve como subproduto ajudar o Brasil a derrubar a taxa real de juros, que desconta a inflação projetada em 12 meses, para um dos menores patamares experimentados durante o período de estabilidade. Com a redução ontem na Selic [taxa básica], o país passa a ter juro real de 6,5% ao ano, segundo a consultoria UpTrend -só perde para maio de 2008 (6,4%), quando a Selic também estava em 11,25% e a inflação dos alimentos não preocupava.

Confirmadas as previsões de que a Selic chegue a 9,5% ainda em 2009, feitas por Bradesco e Itaú após a divulgação do PIB de 2008, o Brasil terminará este ano com juro real da ordem de 5% ao ano, patamar de outros países emergentes, como México e alguns asiáticos antes do agravamento da crise. O juro real de 5% leva em conta a previsão de inflação de 4,45%, como constava na última pesquisa do BC com os bancos.

Até então, o país só teve taxas reais tão baixas -ou negativas- em períodos de hiperinflação, quando os preços subiam mais rápido do que a indexação da dívida pública. A possibilidade de o país consolidar o juro real em "patamares civilizados" é visto como uma das poucas unanimidades entre economistas de diferentes tendências. Além de diminuir o custo da dívida pública, abre mercados que dependem de prazos longos e taxas baixas, como financiamento imobiliário e de infraestrutura.

Segundo Ricardo Carneiro, da Unicamp, o país tem uma oportunidade histórica. "O juro alto era uma desvantagem, que agora vira vantagem", disse Carneiro (leia à pág. B5). Para o economista John Welch, do Banco Itaú, o Brasil poderia aproveitar a experiência do México após 1995, que emergiu da crise que praticamente quebrou o país com taxas reais de 4,5% e 5%. "Demorou quatro anos, mas o México conseguiu reduzir o juro real. O México tinha a seu favor um endividamento menor, mas o sistema bancário não era tão forte", disse Welch, que analisava a região nos bancos Lehman Brothers e Bear Stearns.

Jason Vieira, autor do estudo da UpTrend sobre juro real, lembra que países que antes tinham "taxas civilizadas" estão agora com juro real próximo de zero ou negativo, como Itália (-0,1%) e Holanda (-0,5%). "Não há mérito nenhum do BC. É mais o impacto da crise."

Para Fernando Cardim, da UFRJ, "foi necessário um dramático desabamento da economia para o BC começar a contemplar taxas próximas a 10%. Não há mérito do BC nisso".

Marcio Holland, da FGV, destaca que a taxa real de juros é importante, mas não será determinante para impulsionar a economia. "Não é suficiente para reverter as tendências."

Produtor quer converter em café as dívidas com governo – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 125/03/2009

Os produtores de café querem transformar a pesada dívida que contraíram com o governo, estimada em cerca de R\$ 5 bilhões, em sacas de café. Pela proposta, o endividamento seria convertido em produto e entregue ao governo ao longo de 20 anos. "Este é o prazo de prorrogação da dívida do café. Não queremos esticar a dívida, queremos uma outra solução", afirmou Gilson Ximenes, presidente do Conselho Nacional do Café (CNC).

As discussões com o governo federal já se arrastam há pelo menos três meses, mas não houve avanço. "A cafeicultura está passando por dificuldades e a solução não é a prorrogação das dívidas", disse Ximenes.

Convertendo o valor total da dívida do setor com o preço da saca de café (base Cepea/Esalq), o governo receberia cerca de 19,5 milhões de sacas como pagamento. Desde o ano passado, o governo trabalha para reduzir seus estoques oficiais do grão, que atualmente giram em torno de 500 mil sacas - os menores volumes da história da cafeicultura ainda nas mãos do governo.

Na próxima segunda-feira, um grupo de cafeicultores, lideranças do setor e parlamentares, vão se concentrar na principal praça de Varginha (MG), cidade considerada a capital do café, para uma manifestação. O movimento, denominado "SOS Cafeicultura", pretende sensibilizar o governo para as dificuldades do setor, de acordo com Ximenes.

De acordo com ele, para a transformação do café em produto, o governo estipularia um preço para o café e converteria a dívida em produto. Os volumes seriam entregues ao longo de 20 anos, o que daria 5% do total do café por ano. "Se os preços estiverem acima do valor estipulado, o produtor tem a opção de vender a saca e pagar o governo em dinheiro. Se o valor estiver abaixo, entregaria em produto", disse.

A proposta do setor é já definir um preço, que seria usado como base para os próximos anos. O governo não rechaça totalmente a proposta. Mas, segundo Manoel Bertone, secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, o governo prefere que o preço de conversão do café em produto seja definido na época do vencimento da dívida. Mas tudo isso ainda está em discussão.

Um grupo de trabalho foi criado para dar encaminhamento ao assunto. Uma reunião está agendada para sexta-feira, em Varginha, segundo Bertone. "O governo está fazendo um levantamento da dívida total do setor", disse.

Outra reivindicação dos produtores brasileiros é a implementação de uma política de renda ao cafeicultor, com os contratos de opção de venda de café.

A produção de café nesta safra, a 2008, está estimada em quase 46 milhões de sacas

Ruralistas apresentam lista de pedidos – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócio – 12/03/2009

A Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados apresentou ontem ao governo uma proposta para elevar a industrialização do setor rural, estimular a produção e as exportações, além da imposição de salvaguardas contra importações predatórias em segmentos sensíveis. Deputados da subcomissão de Renda Rural, Política Agrícola e Endividamento levaram ao ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, uma extensa lista de sugestões e recomendações para elevar a renda e evitar o endividamento, melhorar a produção de forma competitiva e gerar empregos no campo.

A proposta dos parlamentares sugere centralizar no Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA) a formulação de políticas e mecanismos de soluções de conflitos "para todas as questões" da produção agropecuária nacional. "Traçamos um diagnóstico da agricultura tendo como foco a remuneração do agricultor. Agora, queremos que o governo implemente algumas medidas para reduzir custos e dar sustentação ao setor", disse o deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS). De acordo com ele, é preciso criar políticas de estímulo à "interiorização de indústrias" para gerar mais empregos e reduzir custos para os consumidores.

Heinze também alertou para as distorções nos custos de produção, causados pela carga tributária excessiva e o elevado preço do óleo diesel, um dos principais insumos da lavoura. "Além do lucro exagerado da Petrobras, os impostos chegam a quase 50% do preço final do diesel". No mercado de adubos e defensivos, disse, poucas empresas dominam o setor e seria preciso liberar os produtos genéricos na agropecuária.

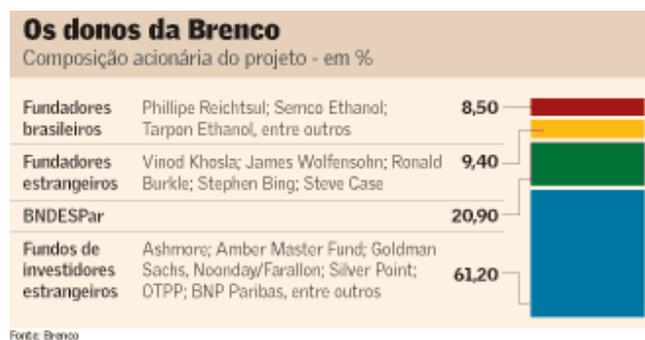
No documento, os deputados pediram um novo sistema integrado de defesa sanitária e segurança dos alimentos, com ações descentralizadas em Estados e municípios. Os parlamentares solicitaram, ainda, o reconhecimento do governo pelos benefícios gerados por serviços ambientais do setor rural. "Eles possuem valor de mercado e devem ser remunerados", disse Heinze. Os representantes da comissão também querem ampliar a política de garantia de preços mínimos (PGPM), a implantação efetiva do seguro agrícola e

o fortalecimento das opções de mercado com as vendas dos produtos em bolsas. E pediram mais recursos para custeio, investimento e comercialização em volume, condições e prazos adequados às atividades nas diferentes regiões do país.

Brenco fecha financiamento de R\$ 1,8 bi para usinas de etanol - Cristiane Perini Lucchesi – Valor Econômico – Finanças – 12/03/2009

A crise internacional não impediu a Brenco - Companhia Brasileira de Energia Renovável de obter o R\$ 1,8 bilhão necessário para levar à frente a construção de quatro usinas de etanol e de energia elétrica no Pólo Alto Taquari, em Mato Grosso, e Mineiros, em Goiás. "Criamos uma estrutura de garantias que nos permitiu trazer credores para a transação", afirma Alfredo de Freitas, diretor financeiro.

Do total do projeto, R\$ 600 milhões serão obtidos por meio de capital de uma ampla lista que inclui mais de 20 diferentes acionistas, em uma pulverização raramente vista em projetos no Brasil. "A Brenco é um projeto, mas também uma companhia de mercado", comenta Freitas. "Temos balanço auditado desde o começo, em agosto de 2008, e reuniões periódicas do conselho de administração", conta. Nesse tipo de modelo de "project finance", admite ele, os credores não têm como recorrer ao balanço do principal ou principais acionistas patrocinadores do projeto, os chamados "sponsors".



"O fluxo de pagamentos do financiamento virá da geração de caixa do próprio projeto, em um clássico 'project finance', o primeiro desse tipo no setor no Brasil", diz Eduardo Gentil, diretor da área de fusões e aquisições e de financiamento de projetos do Itaú BBA, que, junto com o Banco do Brasil, liderou a estruturação do financiamento. O BNDSPar, a empresa de participações do BNDES, entrou com 20,90% do capital e ficou entre os principais acionistas da Brenco. Se destacam também entre os acionistas o fundo Ashmore, o Amber Master Fund, o Goldman Sachs e o BNP Paribas, entre outros.

Do R\$ 1,2 bilhão que será obtido por meio de dívida, R\$ 100 milhões são recursos do Fundo do Centro Oeste que serão repassados por meio do BB. O resto do dinheiro - R\$ 1,1 bilhão - virá do BNDES: R\$ 465 milhões diretamente e R\$ 635 milhões por meio do repasse de um grupo de bancos. Os R\$ 465 milhões que serão repassados pelo próprio BNDES têm uma garantia de fiança de R\$ 90 milhões fornecida por meio de carta de crédito pelos bancos ao BNDES na fase pré-operacional das quatro usinas. Depois que as usinas funcionarem à plena capacidade (duas provavelmente neste ano e duas em 2010), o BNDES fica com todo o risco dos R\$ 465 milhões.

"É uma estrutura mista de participação do BNDES", explica Maria Estela Ferraz de Campos, gerente da área de financiamento de projeto do Itaú BBA. Participam no repasse das linhas do BNDES a Caixa Econômica Federal, o Bradesco, o Unibanco, o KDB (Banco de Desenvolvimento da Coreia), o Banco Votorantim e o Banco do Nordeste (BNB).

O prazo de vencimento do financiamento é em sua maior parte de dez anos, mas chega a 16,5 anos. Os juros, considerando-se a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) de hoje, serão de 9,5% a 10% ao ano.

Freitas explica que a Brenco já vendeu energia em leilão em um total de cerca de R\$ 150 milhões para fornecimento em 15 anos e que os próprios recebíveis desses contratos fazem parte do esquema de garantias aos credores.

Há também um seguro contra o risco de não-implantação do projeto, chamado em inglês de seguro de "completion", no valor de R\$ 600 milhões, firmado com a seguradora paranaense J Malucelli, cujos beneficiários são os credores. "Há também garantias mais tradicionais em financiamentos desse tipo, como a hipoteca dos imóveis e a alienação dos equipamentos do projeto", explicou Freitas. O primeiro desembolso foi feito no dia 27 de fevereiro último.

Sojicultor de Mato Grosso esvazia o bolso para financiar safra 2008/09 – Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico – Agronegócio – 16/03/2009

A seca na oferta de crédito fez o agricultor ter de desembolsar muito mais recursos próprios na safra 2008/09 do que no ciclo anterior, revela estudo da Agroconsult. Segundo estimativa da consultoria, o custo da safra atual de soja em Mato Grosso foi de R\$ 6,8 bilhões, R\$ 2 bilhões a mais do que no ciclo 2007/08. De posse desses números, a Agroconsult procurou produtores, indústrias de insumos e bancos e concluiu que 40% dos R\$ 6,8 bilhões saíram do bolso dos próprios agricultores.

Para se ter uma ideia do tamanho da escassez de recursos das fontes tradicionais de financiamento por causa da crise global, em 2007/08, quando a safra teve um custo de R\$ 4,8 bilhões no Mato Grosso, apenas 6% foram de capital próprio, segundo a Agroconsult. "O que mudou foram o custo alto e a estrutura de financiamento da safra", afirmou Marcos

Rubin, analista da consultoria, em palestra na terça-feira em Balsas (MA), um evento paralelo ao Rally da Safra, organizado pela Agroconsult.

O estudo mostrou, ainda, que a fatia das tradings como fonte de financiamento recuou de forma significativa na safra 2008/09. Enquanto no ciclo anterior alcançou 52%, caiu para 25% na temporada atual. Rubin observou que além de a participação ter caído, o valor final financiado pelas tradings também foi bem menor, já que o custo inflou.

Outras fontes de financiamento também reduziram sua participação no total de recursos necessários para o plantio da soja em 2008/09, segundo a Agroconsult. Indústrias de fertilizantes, que emprestaram 7% dos R\$ 4,8 bilhões em 2007/08, forneceram 6% do total na safra atual. A fatia dos bancos saiu de 13% para 11%, na mesma comparação, e da indústria de defensivos, de 19% para 16%. A fatia do segmento de sementes recuou de 3% para 2%.

Financiadores muito mais restritivos e custo maior não foram os únicos problemas dos produtores nesta safra. A crise global também derrubou os preços da soja na bolsa da Chicago - em parte pela incerteza em relação à demanda e também pela debandada dos fundos do mercado futuro de soja. Segundo Rubin, antes da crise, em março de 2008, os contratos em aberto de soja equivaliam a cerca de 120 milhões de toneladas e os fundos tinham 40% desses papéis. Agora, os contratos em aberto equivalem a 60 milhões de toneladas e a participação dos fundos caiu para 22%.

Rubin explicou que a debandada aconteceu porque com a crise, os fundos tiveram de sair dos mercados de commodities para cobrir perdas em outros mercados futuros.

Outro efeito da crise global foi a redução da rentabilidade do produtor rural por causa do descasamento entre o preço do produto e insumos e a desvalorização do real. Cálculo da Agroconsult mostra que em julho de 2008, antes do agravamento da crise, o rendimento do produtor de soja da região de Balsas era de R\$ 425 por hectare, em um cenário de soja a US\$ 13 a US\$ 14 em Chicago e dólar a R\$ 1,70. Após a crise, em um quadro de soja entre US\$ 8 e US\$ 9 em Chicago e dólar a R\$ 2,40, a rentabilidade cai para R\$ 370 por hectare.

Ainda que a perspectiva seja de redução nos estoques finais de soja do mundo, o que poderia levar a preços maiores no mercado, Marcos Rubin prefere não apostar em alta. "Me questiono se os bons preços já não aconteceram", afirmou, referindo-se a cotações registradas em janeiro passado.

Na estimativa da Agroconsult o estoque mundial de soja deve sair de 42 milhões no fim da safra de 2007/08 para 28,9 milhões na 2008/09, num cenário de consumo mundial de 231 milhões de toneladas, com produção na casa dos 56 milhões no Brasil e de 40 milhões de toneladas na Argentina, onde a seca derrubou a produção. Isso poderia

significar alta da soja, mas Rubin observa que a tendência é os Estados Unidos plantarem mais soja diante da quebra na América do Sul.

A jornalista viajou a convite da Agroconsult

Bancos ainda não repassaram a Selic – Fernando Travaglini - Valor Econômico –
Finanças – 16/03/2009

Os bancos aceleraram os cortes de juros no mês de fevereiro, seguindo as reduções da Selic feitas pelo Copom do Banco Central (BC), mas ainda não repassaram para os clientes toda a queda dos custos de captação.

No mês passado, as taxas bancárias voltaram a se aproximar do patamar próximo aos níveis de setembro, anterior à crise, conforme pesquisa da Anefac. Assim, os bancos devolveram parte da elevação de cerca de 4 pontos percentuais feita entre outubro e dezembro do ano passado, por conta das incertezas geradas pelas turbulências internacionais.



No fim de outubro, no entanto, o Copom encerrou o último ciclo de alta da política monetária e a partir de janeiro deu início a uma nova distensão da Selic, que já acumula 2,5 pontos percentuais de queda.

Além disso, em relação a outubro, as taxas do mercado de juros futuros, que servem de piso para as taxas bancárias, já foram reduzidas em quase 4 pontos percentuais até o fim de fevereiro. As taxas futuras indicam as expectativas dos agentes de mercado com relação ao comportamento dos juros e são usadas como base para a definição das operações de crédito de acordo com o prazo dos contratos.

O crédito bancário, portanto, ainda está acima do piso mínimo praticado no mercado futuro. Parte dessa diferença foi incorporada no spread - diferença entre o custo de captação e a taxa cobrada dos clientes -, que permanece elevado.

Muitos bancos divulgaram queda de taxas para algumas linhas logo após o anúncio do Copom. Mas, segundo a corretora Link, em relatório para clientes, apesar da redução nos juros anunciadas pelos bancos, os spreads se mantêm elevados, uma vez que os bancos estão "apenas repassando" a redução do custo de captação. "A perspectiva de piora na qualidade do crédito (com aumento da inadimplência) nos próximos meses leva os bancos a manter esses níveis altos de spread", diz o texto.

A corretora destaca ainda que os bancos estatais, especialmente a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, "vêm sofrendo maior pressão do governo para efetuar cortes maiores, o que penalizaria sua rentabilidade".

As linhas que estão mais defasadas são as destinadas às empresas médias e pequenas, que pagam juros prefixados. Em média, entre setembro e janeiro, houve elevação de 3,8 pontos percentuais nos juros, que subiram para 43,19% ao ano. A conta garantida, por exemplo, espécie de cheque especial de que se valem as empresas em momentos de aperto, teve alta de 7,06 pontos, para 80,53% ao ano, maior patamar desde julho de 2003.

Para pessoas físicas, as reduções foram relativamente mais aceleradas, até por conta de um spread maior, que garante maior margem de manobra. A taxa média subiu 2,07 pontos, para 55,14% ao ano, entre setembro e janeiro.

Por conta disso, as financeiras avaliam que as reduções de juros já começam a chegar à ponta do crédito e devem se reverter em uma maior oferta de linhas. "Essa queda de 1,5 ponto percentual, levando a taxa Selic ao nível de setembro de 2007, vai beneficiar o consumidor, que terá crédito em maior volume e com juros menores, uma vez que as instituições financeiras já estão anunciando a queda dos juros para seu diversos produtos", afirmou em nota Adalberto Savioli, presidente da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi).

Mas Savioli acredita que o gradualismo seja o melhor caminho para a queda da Selic. "As taxas de juros devem cair de uma forma gradual e mais moderada nas próximas reuniões, devendo chegar a um dígito no final do segundo semestre do ano."

As taxas devem cair, mas os spreads podem continuar altos, avalia Andre Modenesi, professor do Ibmecc-RJ e pesquisador do Ipea. Segundo ele, o fato de o Brasil ter uma das maiores taxas básicas do mundo é um fator determinante para os elevados níveis dos spreads.

Modenesi explica que, apesar de existirem fatores micro que explicam essa margem - como inadimplência, impostos e o compulsório -, não se pode desprezar o peso que um

título público com taxas bastante altas tem na hora de se avaliar os custos de oportunidade de um banco.

Segundo ele, o banco pode decidir entre fazer uma operação de empréstimo, que é arriscada, de médio a longo prazo e que demanda estudos do credor e avaliações periódicas, ou simplesmente comprar uma LFT, mais líquida, altamente rentável e sem risco de crédito. Assim, quanto mais alta a taxa, menor a atratividade dos empréstimos bancários.

Além disso, completa, o spread é uma forma de controlar a liberação dos recursos. "O banco diz: 'Posso emprestar, mas vou aumentar a margem'. Acho natural que spread cresça nesse período. Os bancos estão relutantes em emprestar e a forma que o banco tem para racionar é aumentar o preço, cobrar mais caro o empréstimo."

Microcrédito cresce 64% e chega a R\$ 1,8 bi em 2008 – Valor Econômico – Finanças – 16/03/2009

Ao contrário do que acontece com o crédito tradicional, que apresenta queda de concessões desde o agravamento da crise, o microcrédito continua avançando de forma acelerada. Em 2008, foram realizadas 1,274 milhão de operações, uma expansão de 32,3%, e o volume concedido somou R\$ 1,807 bilhão, crescimento de 64,2% em relação ao patamar de 2007 (R\$ 1,1 bilhão).

"Este pode ser um instrumento para, de certa forma, minimizar o impacto da crise com a dificuldade de crédito", afirma Max Coelho, coordenador do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). "Muitos desempregados podem virar microempresários e precisar de recursos para o negócio", completa.

De acordo com dados do Ministério, o ano passado terminou com 640,5 mil clientes ativos, sendo 64% mulheres. Como sempre acontece, a maior parte dos negócios (89,3%) são feitos com pequenos comércios. O setor de serviços responde por 7,2% dos clientes, enquanto as pequenas indústrias ficam com 2,8% do montante.

A carteira ativa no fim do ano passado somava R\$ 708 milhões, montante 35,6% superior ao patamar do ano anterior. O valor médio dos contratos de empréstimos foi de R\$ 1.418,09.

Apesar de o microcrédito existir há pelo menos 30 anos, as estatísticas existem apenas desde 2005, quando foi criado um programa de governo específico para a modalidade.

A principal fonte de recursos é o direcionamento obrigatório de 2% dos depósitos à vista dos bancos para o segmento. Esse montante - que nem sempre chega à população,

pois o teto de juros definido pelo governo (2% ao mês) inibe a atuação das grandes instituições - se soma aos recursos do FAT, via bancos oficiais, além de outras fontes, como linhas internacionais e repasses de prefeituras locais.

Essas fontes de financiamento são divididas entre a 278 instituições habilitadas a operar no microcrédito, divididas em Oscips, cooperativas, agências de fomentos e os bancos comerciais. Esse número cresceu mais de cinco vezes desde 2005, quando eram cerca de 50. "Esse é um nicho em que os bancos tradicionais não atuam e é importante ocupar este espaço."

Para este ano, as principais instituições que trabalham com microcrédito no país planejam a expansão da concessão de empréstimos. O Banco do Nordeste, maior agente do mercado, pretende desembolsar R\$ 1,4 bilhão para os clientes do programa Crediamigo, volume 40% superior às concessões feitas em pelo banco estatal em 2008. O banco Santander, por meio do Real Microcrédito, prevê ampliar a carteira de clientes ativos em 20%, para R\$ 120 milhões. (FT)

Renegociação de dívida – Valor Econômico – Agronegócio – 18/03/2009

Os agricultores familiares que ainda não quitaram suas pendências junto à Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) têm até o dia 31 para renegociar as dívidas referentes às operações do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) dos anos de 2003 e 2004. Os débitos são de operações na modalidade CPR-Alimento. Em 2008, havia 7.016 trabalhadores rurais nessa condição em todo o país.

Crédito é maior ameaça para o agronegócio brasileiro, diz OCDE – Gitânio Fortes – folha de São Paulo – Dinheiro – 24/03/2009

Recuo na oferta e custo mais alto do crédito, além da queda no investimento estrangeiro direto, representam os mais sérios riscos para a agropecuária dos países emergentes nesta crise financeira global. Essa é a avaliação da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, que reúne 30 dos países mais ricos do mundo). No caso brasileiro, a dificuldade aumenta pela constante renegociação de dívidas agrícolas. "Adiar pagamentos prejudica o funcionamento do mercado de crédito e eleva o risco para o sistema bancário", diz Ken Ash, diretor de Agricultura e Comércio da OCDE. Esses recursos deveriam ir para infraestrutura, área em que o Brasil apresenta dificuldades, afirma Olga Melyukhina, economista da Diretoria de Agricultura e Comércio. Embora o agronegócio seja um setor "relativamente forte, o país anda não desenvolveu um sólido sistema de crédito rural", diz. O Brasil foi um dos países analisados no relatório "Políticas Agrícolas em Economias Emergentes", divulgado na semana passada. Os outros foram Chile, China, Índia, Rússia, África do Sul e Ucrânia. Embora nenhum integre a entidade, a

OCDE sugeriu a todos que resistam à "tentação do protecionismo", diz Andrzej Kwiecinski, analista de política agrícola. O ideal é evitar ações imediatistas, como reduzir ou suspender tarifas de importação, ou impor barreiras de exportação, por meio do aumento ou da criação de taxas. Isso pode até ampliar a oferta de alimentos nos países exportadores a curto prazo, mas, ao reforçar a autossuficiência, há o risco de elevar a instabilidade dos preços agrícolas, além de reduzir o comércio global. Segundo a OCDE, o melhor é que os emergentes invistam em pesquisa, infraestrutura, treinamento e marketing. Como medida de curto prazo, Kwiecinski elogiou o Chile, que concentrou o apoio oficial ao beneficiar o acesso de consumidores a alimentos básicos.

Água

A OCDE também apresentou, no 5º Fórum Mundial da Água, em Istambul (Turquia), um outro relatório. Angel Gurría, secretário-geral da OCDE, defendeu a revisão das formas de financiamento dos serviços relacionados à oferta de água. Segundo Gurría, os países em desenvolvimento precisam gradualmente chegar a sistemas baseados em tarifas capazes também de proteger quem tenha menos condição de pagar pela água. A OCDE apurou que, de cada dólar investido para gerenciar recursos hídricos, os benefícios econômicos somam de US\$ 4 a US\$ 12. "É uma boa estratégia para países como o Brasil, ricos em água", diz Brendan Gillespie, pesquisador da Diretoria de Ambiente.

O jornalista GITÂNIO FORTES viajou a convite da OCDE

Gestão social do Crédito Fundiário é tema de encontro – Sítio eletrônico do MDA – 23/03/2009

A importância da mobilização social para a gestão e o controle do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) norteará as discussões a serem promovidas durante o Encontro Nacional do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). O evento terá início nesta terça-feira (24), em Brasília, com atividades de esclarecimentos sobre o Projeto de Capacitação referente ao programa que é coordenado pela Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SRA/MDA).

Com programação até a próxima sexta-feira (27), o encontro será realizado sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (Contag). O evento integra as ações previstas no convênio firmado entre o MDA a entidade, com o intuito de ampliar, por meio da melhoria dos processos de mobilização e organização social e do fortalecimento do controle social das ações no âmbito do PNCF, o conhecimento dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais referente ao acesso ao Programa.

“Desta forma, espera-se fortalecer o processo de sensibilização e o protagonismo dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais para a elaboração de proposições e negociações das

políticas públicas, visando assegurar o desenvolvimento sustentável dos beneficiários do PNCF, considerando as diversidades regionais e as questões ambientais, de gênero, geração, raça e etnia”, avalia o secretário de Reordenamento Agrário do MDA, Adhemar Lopes de Almeida.

O encontro tem como objetivos específicos: qualificar a intervenção dos sindicatos de trabalhadores rurais no PNCF; definir as estratégias de mobilização social; ampliar o processo de qualificação dos sindicatos visando ampliar o conhecimento dos trabalhadores rurais sobre o Programa; fortalecer a ação dos sindicatos na gestão e controle do Social do PNCF; e promover ações de intercâmbio entre os projetos produtivos.

Queda de depósitos à vista afeta crédito rural – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 24/03/2009

A queda gradual dos depósitos à vista em contas bancárias repercutiu de forma negativa no volume de recursos liberados para custeio, comercialização e investimento da safra atual. Balanço dos oito primeiros meses deste ciclo 2008/09 mostra um forte recuo de 18,4% nas aplicações obrigatórias (exigibilidades) feitas pelos bancos no crédito rural da chamada agricultura empresarial. O mau resultado levou à estagnação do total emprestado ao setor em R\$ 39,6 bilhões, além de provocar queda de 12% no ritmo geral dos desembolsos no período, apontam informações prestadas pelas instituições financeiras ao Banco Central.

Nem mesmo a elevação das exigibilidades em meados de outubro do ano passado, de 25% para 30%, estimulou um aumento nos desembolsos para o setor. O fraco desempenho fez recuar em 5,2% as aplicações em custeio e comercialização nesta safra, mostram os dados compilados pelo Ministério da Agricultura. A elevação dos índices das exigibilidades foi "inócua", de acordo com avaliação da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

"Não surtiu efeito porque os bancos estavam 'sobreaplicados' no ano passado. Agora, os depósitos à vista caíram e não havia como aplicar mais", diz o diretor da Febraban, Ademiro Vian. Nos bancos privados, as exigibilidades subiram para R\$ 23 bilhões em novembro, chegaram a R\$ 25,3 bilhões em janeiro, mas recuaram R\$ 24,3 bilhões na projeção de março. E devem se manter no mesmo nível até o fim do ano-safra, em junho. "Quando o nível de emprego cai, as pessoas usam esse dinheiro para pagar as contas. Quanto menos acelerado o nível econômico, há menos depósitos à vista", afirma.

A situação pode ficar ainda mais complicada porque a Febraban estima uma redução de R\$ 2 bilhões em recursos para a comercialização da safra em razão da queda nos depósitos à vista. "O EGF [dinheiro para estocagem] vai sofrer com isso e com o efeito das renegociações, que vão travando os limites de crédito", observa Ademiro Vian.

A aplicação dos recursos de crédito rural a juros livres também sofreu uma redução de 32% nesses oito meses de safra. O tombo deve-se à retração de 82,5% dos empréstimos do Banco do Brasil na linha BB Agroindustrial, que eram de R\$ 5 bilhões e passaram a R\$ 875 milhões. "Esses recursos estão sendo direcionados ao crédito imobiliário, e não ao crédito rural", explica o diretor da Febraban. O recuo nas operações com Cédulas de Produto Rural (CPRs) também contribuíram para a performance negativa.

O Banco do Brasil confirma a queda nos depósitos à vista, mas informa que a redução na linha BB Agroindustrial foi "amplamente compensada" pela oferta de crédito às empresas com outras fontes de recursos. " Fizemos capital de giro em outras linhas para essas agroindústrias porque preferimos, em acordo com o governo, concentrar os recursos da poupança nos produtores rurais", esclarece o diretor de Agronegócios do BB, José Carlos Vaz. "Mesmo assim, emprestamos 30% a mais nesta safra em todas as linhas de crédito."

Na outra mão, houve aumento de 42% nos desembolsos dos programas de investimento sob gestão do BNDES e com dinheiro dos fundos constitucionais. No total, as aplicações chegaram a R\$ 6,42 bilhões. Os principais avanços ocorreram no Moderinfra (construção para armazéns), Prodecoop (investimento de cooperativas) e Moderagro (renovação de pastagens). Os desembolsos na agricultura familiar também tiveram um resultado positivo nesses oito meses. As aplicações cresceram 12,5% no período, para R\$ 6,56 bilhões.

RECURSOS SAFRA 2009/10 – Sítio Eletrônico da ABAG – 25/03/2009

Banco do Brasil estima aumento de até 25% em recursos para safra 2009/10, durante XIV Fórum da ABAG.

São Paulo, 25/03/2009 - O vice-presidente para Agronegócios do Banco do Brasil, Luís Carlos Guedes Pinto, estima que o volume de recursos do banco disponíveis para financiar a safra 2009/10 deve crescer entre 20% e 25% em relação ao ciclo anterior, podendo chegar a R\$ 45 bilhões.

A projeção do Banco do Brasil está em linha com a estimativa apontada pelo Ministério da Agricultura, que também prevê um acréscimo da ordem de 25% no volume de recursos disponíveis para a nova safra, que tem início em julho, para algo próximo de R\$ 100 bilhões. O número deve constar do novo Plano Agrícola e Pecuário, que o governo deve anunciar em maio. Guedes Pinto lembrou que a demanda da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA) é de R\$ 150 bilhões para a safra atual.

Guedes Pinto destacou que o Banco do Brasil já está liberando recursos para os produtores rurais que quiserem antecipar as compras de insumos para 2009/10. "A linha

está disponível há cerca de 10 dias e já saíram negócios", afirmou ele, sem precisar o volume de recursos já liberado.

O vice-presidente observou, porém, que ainda é difícil avaliar como ficará a situação de crédito na safra nova. "Ainda não sabemos qual será o comportamento das tradings nesta safra", afirmou Guedes Pinto.

Na safra atual, o Banco do Brasil já liberou cerca de R\$ 23 a R\$ 25 bilhões para os produtores rurais, segundo Guedes Pinto. O volume de recursos do banco disponíveis para a safra 2008/09 chega a R\$ 35 bilhões.

A despeito do recuo no volume dos depósitos à vista, que poderia ter influência sobre o montante de recursos disponíveis, Guedes Pinto lembra que o crescimento da caderneta de poupança rural poderá compensar este movimento. "Este é um recurso disponível apenas para os bancos oficiais e de crédito cooperativo", observa. Guedes Pinto participou nesta manhã da décima quarta edição do Fórum da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), realizado em São Paulo.

Fonte: Agência Estado - Broadcast - Fabíola Gomes.

A restrição de crédito e política anticíclica – José Luis Oreiro e Luiz Fernando de Paula – Valor Econômico – Opinião – 25/03/2009

Entre os economistas brasileiros, é consenso que um dos fatores que contribuiu para agravar a desaceleração econômica no Brasil foi a contração no crédito bancário, que vinha passando por acelerado processo de crescimento nos últimos anos. A contração no crédito doméstico, junto com a parada no fluxo de capitais do exterior, resultou em uma dupla restrição de liquidez e financiamento na economia.

No caso do setor bancário brasileiro, os efeitos da crise financeira se fizeram sentir inicialmente pelas dificuldades de obtenção de fundos no mercado financeiro internacional. É verdade que o peso de tais recursos sobre o funding dos bancos era relativamente pequeno, mas aparentemente foi suficiente, junto com a deterioração das expectativas causada pela percepção da gravidade da crise internacional - deterioração essa que foi reforçada pelos prejuízos que várias empresas brasileiras tiveram com os derivativos cambiais em decorrência da demora do Banco Central do Brasil em intervir no mercado de câmbio após a falência do Lehman Brothers - para dar um início de crise de liquidez no setor bancário brasileiro, resultando em uma situação de "empçamento da liquidez".

O setor bancário vinha passando por um boom de crédito desde 2004, aumentando a relação crédito total sobre o PIB de 22%, em maio de 2003, para 36% em julho de 2008,

puxado tanto pelo crédito a pessoa física quanto a pessoa jurídica. Neste processo cresceram tanto a carteira de crédito de grandes bancos varejistas quanto de pequenos bancos especializados em alguns segmentos do crédito (consignado, "middle market" etc.).

Deve-se ressaltar a diferença entre uma crise de insolvência, como ocorreu no setor bancário americano, com uma crise de liquidez. Uma crise de insolvência ocorre quando há bancos cujos ativos disponíveis a preços de mercado são incapazes de cobrir as obrigações com terceiros (depositantes, por exemplo), o que pode levar à falência do banco. É o que aconteceu com bancos de investimento dos EUA, em função da existência de ativos "podres" em seu portfólio.

Uma crise de liquidez, por seu turno, refere-se a uma situação na qual o banco é solvente, mas não tem momentaneamente liquidez para cobrir a demanda por recursos por parte de seus clientes. Corriqueiramente problemas de liquidez, que são normais na atividade bancária, em função do descasamento de maturidades entre ativos e passivos que caracterizam a atividade de intermediação, são facilmente resolvidas no mercado de reservas bancárias no qual bancos superavitários emprestam para os bancos deficitários.

Os bancos, como qualquer outro agente, têm preferência pela liquidez determinada por suas expectativas quanto ao futuro. Em particular, na definição de sua estratégia de portfólio se defrontam com o trade-off liquidez versus rentabilidade, sendo a liquidez apreciada em momento de maior incerteza (em detrimento da rentabilidade), e a rentabilidade (e maior propensão a riscos) apreciada em função da menor incerteza percebida. Bancos têm, portanto, um comportamento pró-cíclico: na fase do boom econômico tendem a acomodar a demanda por crédito dos agentes, resultando no aumento de endividamento destes, na suposição da continuidade do crescimento dos lucros e renda na economia; na fase de desaceleração, a maior preferência pela liquidez resulta em um racionamento do crédito, justamente no momento em que os agentes precisam refinanciar suas dívidas.

No caso brasileiro, obviamente não houve crise de insolvência dos bancos, mas observou-se uma crise de liquidez causada pelo "empçoamento da liquidez", resultando em uma desaceleração e maior seletividade na oferta de crédito, em parte causada pelo próprio encarecimento do custo do dinheiro para os bancos (interbancário e CDBs). Uma vez que o quadro de desaceleração econômica mundial e doméstica se configurou, deterioraram-se as expectativas dos agentes quanto ao futuro que, conjugada com a queda na renda e no emprego, por um lado, e o aumento do spread bancário (de 25,6% em julho de 2008 para 30,5% em janeiro de 2009), de outro, resultou em uma retração na demanda por crédito das firmas e das famílias - com queda respectiva de 10,8% e 10,5% em fevereiro deste ano, segundo dados da Serasa. Em outras palavras, a crise do crédito, que começou do lado da oferta, chegou também do lado da demanda.

Mais recentemente, o governo anunciou que irá adotar novas medidas para destravar o crédito. Entre as principais, incluem-se a criação da CaixaPar, subsidiária da CEF a ser

constituída com patrimônio de R\$ 3 bilhões para adquirir participações minoritárias em bancos médios; e a criação de um mecanismo de seguro - uma espécie de Fundo de Direito Creditório gerido pelo BNDES e com recursos de Tesouro e dos bancos - para garantir o crédito privado. No primeiro caso, pretende-se prover os bancos médios de "funding" para voltarem a operar normalmente, já que estes operam em nichos importantes para estimular o crescimento, como consignado e financiamento de veículos; no segundo, objetiva-se criar um mecanismo que permita superar a desconfiança dos bancos de pagamento do tomador de crédito, uma vez que, em caso de inadimplência, o seguro cobriria uma boa parte da perda dos bancos. A proposta da Febraban é que o fundo seja constituído inteiramente de recursos públicos - o que é um verdadeiro acinte ao cidadão-contribuinte!

As novas medidas deverão ter impacto limitado sobre o crédito, em função da maior preferência pela liquidez dos bancos e, mais recentemente, da retração da demanda por crédito, como visto acima. Contudo, com o cenário de redução da taxa de juros é possível que possa ter um maior efeito, já que a redução da taxa de juros deverá produzir uma redução (ainda que defasada) sobre o spread bancário. Mas quando as expectativas dos agentes estão deterioradas, o melhor antídoto para a crise é a adoção de políticas fiscais contracíclicas, em particular investimento público, em função de suas externalidades sobre o investimento privado. Uma política de enfrentamento da crise deve ser feita através de um mix de políticas que inclui a redução de taxas de juros, o aumento do investimento público e a atuação ativa dos bancos públicos no financiamento ao setor privado.

José Luis Oreiro é professor do Departamento de Economia da UnB e membro da Associação Keynesiana Brasileira (AKB). jlcoreiro@terra.com.br

Luiz Fernando de Paula é professor da Faculdade de Economia da UERJ e vice-presidente da AKB. luizfpaula@terra.com.br

Novo plano de safra deve ter até R\$ 100 bi – Patrick Cruz – Valor Econômico – 26/03/2009

Depois de receber, para combater as consequências da crise econômica, o equivalente a R\$ 17,4 bilhões, por meio de medidas do governo federal, o agronegócio brasileiro poderá ter até R\$ 100 bilhões no plano de safra da temporada 2009/10. A definição, prevista para maio, é aguardada com particular ansiedade pelo setor porque na safra 2008/09, marcada pela crise, assistiu-se à retração da atuação das tradings para o financiamento dos produtores.

Em relação à temporada 2008/09, o novo plano de safra será entre 20% e 25% maior, de acordo com o vice-presidente de agronegócios do Banco do Brasil, Luís Carlos Guedes Pinto. "A estimativa é que deve ficar entre R\$ 90 bilhões e R\$ 100 bilhões, mas isso só deve ser decidido em maio", disse ele em fórum realizado ontem, em São Paulo, pela Associação Brasileira de Agribusiness (Abag).

O plano de safra do ciclo 2008/09 prevê desembolsos de R\$ 78 bilhões - R\$ 65 bilhões para a chamada "agricultura empresarial" e R\$ 13 bilhões para a familiar. Com um crescimento entre 20% e 25%, o plano para a safra 2009/10 ficaria entre R\$ 93 bilhões e R\$ 97 bilhões.

O aumento dos desembolsos do Banco do Brasil, principal financiador do agronegócio no país, no próximo ciclo também deverão ficar entre 20% e 25%, segundo Guedes Pinto. Para o ciclo 2008/09, a previsão é de R\$ aportes de cerca de R\$ 35 bilhões. Até o atual estágio da safra, as liberações do banco chegaram a aproximadamente R\$ 25 bilhões.

O executivo, ex-ministro da Agricultura, avalia que o agronegócio foi, até o momento, em comparação com outros setores da economia, um pouco menos afetado pela crise. Para o novo plano de safra, diz, será crucial saber se as tradings elevarão novamente sua participação no financiamento aos produtores. "É preciso estimular o sistema para que mais agentes participem. A concentração não é interessante para ninguém, nem para o banco do Brasil", afirmou.

Ainda que o volume de recursos previsto para o ciclo 2009/10 cresça 25%, ele ficará abaixo do requisitado por entidades do setor que já se manifestaram sobre o tema. A Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep) elaborou documento em que pede elevação de R\$ 78 bilhões para R\$ 110 bilhões - além de outras medidas, como a inclusão de carnes na política de preços mínimos. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), por sua vez, já pediu que o montante passe a R\$ 150 bilhões já na safra 2009/10, praticamente o dobro do previsto para o atual ciclo.

"O governo acaba não priorizando o setor. [Os recursos previstos] não são suficientes", disse o deputado federal e vice-presidente da CNA, Homero Pereira (PR-MT). "É só ver quanto foi gasto com a agropecuária durante a crise e quanto foi o gasto total. Os frigoríficos estão em uma situação bastante frágil e as tradings saíram do mercado, o que diminui ainda mais as fontes de crédito".

De acordo com levantamento elaborado pela CNA, as medidas adotadas pelo governo para combater os reflexos da crise equivaleram a R\$ 354,4 bilhões. O agronegócio ficou com R\$ 17,4 bilhões desse bolo, ou 5,6% do total, segundo o estudo da entidade, que apurou as medidas tomadas desde outubro de 2008.

Entre as ações específicas para o segmento figuraram o adiantamento de R\$ 5 bilhões em recursos do Tesouro para o Banco do Brasil financiar o custeio da safra e o aumento de 25% para 30% das aplicações obrigatórias ("exigibilidades") feitas pelos bancos no crédito rural, segundo a economista Rosemeire dos Santos, assessora técnica da CNA, responsável pelo levantamento.

CMN pode aprovar outras ações de apoio a produtor – Valor Econômico –
Agronegócios – 26/03/2009

O Conselho Monetário Nacional (CMN) deve aprovar nesta quinta-feira, em reunião ordinária, medidas de apoio aos produtores rurais. Uma das mudanças será a extensão de descontos sobre a renda bruta de beneficiários do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para novas culturas.

O CMN deve autorizar um rebate de 30% sobre a renda bruta obtida com milho, feijão, arroz, trigo e mandioca. Com isso, o governo federal espera neutralizar os efeitos negativos da elevação dos custos de produção, o que permitiria aos produtores familiares melhorar a produção e manter empregos. Atualmente, a norma do Pronaf prevê rebates de 50%, 70% ou 90% sobre a renda bruta apurada.

Outra mudança a ser aprovada pelo CMN deverá beneficiar o Programa Mais Alimentos, que tem sido a principal fonte de demanda para tratores de baixa potência no campo. A pedido do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o CMN deverá ampliar o leque de produtos com financiamento por essa linha ao incluir propostas ou projetos de investimento para produção de café, gado de corte, suínos e aves. O objetivo é atender aos pequenos produtores "integrados", vinculados a agroindústrias de carnes e localizados sobretudo no Sul do país.

O CMN também deve autorizar alterações na linha de crédito para as "cotas-partes" de produtores familiares cooperados. O governo quer autorizar financiamentos ao processamento e industrialização de leite e derivados a cooperativas que tenham pelo menos 70% de associados como agricultores familiares vinculados ao Pronaf.

As cooperativas terão, ainda, que apresentar um mínimo de 55% da matéria-prima a beneficiar de produção própria ou desses associados. Assim, seriam ampliados o limite máximo de patrimônio líquido de R\$ 3 milhões para até R\$ 50 milhões. Também serão fixados limites de financiamento por cooperativa de até R\$ 5 milhões.

Os limites de crédito de custeio e comercialização das atividades agroindustriais desse setor seguiria em R\$ 5 mil por beneficiário em cada operação. Contratos coletivos teriam R\$ 50 mil. Associações teriam R\$ 2 milhões e cooperativas, outros R\$ 5 milhões. As cooperativas centrais poderiam emprestar até R\$ 10 milhões. (MZ)

Medidas facilitarão acesso de agricultores e cooperativas ao Pronaf – Sítio Eletrônico
do MDA – 27/03/2009

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou nesta quinta-feira (26) a [Resolução 3703](#), que amplia o alcance do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa Mais Alimentos. As mudanças beneficiam mais de 50 mil agricultores individuais e também 92% de todas as cooperativas de

produção do País. Em benefício dos agricultores, foram incluídas novas culturas no Programa Mais Alimentos. Agora, produtores de café, gado de corte, suinocultura, avicultura, caprinos e ovinos também poderão buscar financiamento de até R\$ 100 mil por família, com 2% de juros ao ano, 3 anos de carência e 10 anos para pagar. Tudo para modernizar sua propriedade.

Outra medida para o agricultor é a ampliação do limite de renda bruta anual para agricultores familiares que produzem arroz, gado de corte, feijão, milho, mandioca e trigo – culturas consideradas fundamentais para a segurança alimentar.

“O Mais Alimentos vem cumprindo os objetivos de aumentar a produção no campo e de modernizar a agricultura familiar. O Programa fez com que o acesso dos agricultores ao Pronaf crescesse 14,5% em relação ao ano passado e já colocou para os agricultores familiares mais de 11 mil tratores nos últimos quatro meses. Agora, estamos ampliando seu alcance”, afirma o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

Cooperativas

Com relação às cooperativas, o limite de crédito para buscar financiamento era de R\$ 2 milhões e o patrimônio líquido ficava limitado em até R\$ 3 milhões. Agora, as cooperativas podem ter limite de crédito de até R\$ 5 milhões e o patrimônio líquido fica limitado a R\$ 50 milhões, para cooperativas de produção. No que se refere às comercialização do produto, a linha de crédito, antes limitada a R\$ 2 milhões, passou também a ser de R\$ 5 milhões para cooperativas individuais, e de R\$ 10 milhões para centrais de cooperativas.

Para o secretário-executivo do MDA, Daniel Maia, o fortalecimento das cooperativas de agricultores familiares é fundamental para enfrentar o momento de crise econômica mundial: “Essa é a nossa perspectiva: viabilizar mais créditos para as cooperativas para que elas possam propiciar, também, a continuidade e o aprimoramento da agricultura familiar”.

O secretário recebeu nesta sexta-feira (27) o presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Márcio Lopes de Freitas, e o secretário-executivo da OCB, Renato Nobile. O sistema OCB possui 1.584 cooperativas do setor agropecuário filiadas, reunindo 900 mil cooperados, dos quais 80% são agricultores familiares.

Para Freitas, as medidas aprovadas pelo CMN são de extrema importância para o setor.

“A mudança dá acesso a mais agricultores a uma política pública que está disponível e tem sucesso, que é o Pronaf. Destaco como grande avanço ampliação do limite do capital social das cooperativas e a inclusão dos cafeicultores no Mais Alimentos. O senso comum tem uma ideia errada de que só grandes produtores produzem café”.

Mais prazo no Giro Rural – Valor econômico – Agronegócios – Curtas – 31/03/2009

O prazo para quitação de empréstimos pela linha de crédito Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) Giro Rural foi ampliado de 60 para 84 meses e valerá mesmo para os produtores rurais que já tinham contratos assinados. O anúncio foi feito ontem na reunião do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), no Ministério do Trabalho e Emprego, em Brasília, conforme informou a Agência Brasil.

Medo da inadimplência – Valor Econômico – Agronegócio – Curtas – 31/03/2009

O pedido de aumento de prazo foi feito ao Codefat pelo Ministério da Agricultura, que justificou que os produtores ficariam inadimplentes e teriam a safra comprometida em função da crise financeira. O presidente do Codefat, Luiz Fernando Emediato, informou que uma parcela dessa dívida começaria a vencer hoje - o Banco do Brasil, principal operador da linha, já está autorizado a alongar os prazos. Segundo o Ministério da Agricultura, há R\$ 4 bilhões contratados nessa linha do FAT Giro Rural e R\$ 3 bilhões de saldo devedor. Emediato chamou ainda a atenção para o fato de que, ao prolongar o prazo da dívida, o FAT terá menos retorno de recursos do que o esperado anteriormente ao longo dos próximos dois anos.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



ICA

nead

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

